

4 OUT 1981

Senso de Medida

Bom sinal é a preocupação revelada pela Mesa do Senado com a deterioração da imagem da instituição parlamentar, pela revelação do vazio sistemático de suas sessões. De sessões, aliás, só se poderia falar em sentido estritamente regimental. Dizer que o Senado está *reunido*, ou *em sessão*, quando no plenário só existem cadeiras vazias, é usar uma ficção que nenhum mal faria à Casa se fosse eventual a ocorrência ou, se freqüente, justificada pela atividade das comissões permanentes.

Em qualquer país, mesmo naqueles em que a instituição parlamentar adquiriu solidez pela respeitabilidade granjeada ao longo dos séculos, é fácil constatar que a Sala das Sessões — o plenário — nem sempre está cheio; e às vezes se mostra deserto ou povoado de umas poucas figuras desatentas. O Parlamento não é uma oficina, um ateliê de artesãos nem uma fábrica de leis. Além da competência constitucional para legislar, cabe-lhe uma série de outras tarefas igualmente importantes nos sistemas democráticos, merecendo referência de relevo o papel de fórum de debate de problemas e idéias que devem circular intensamente sem que se convertam necessariamente em projetos de lei.

No Brasil, entretanto, o que existe de verdade nessa afirmação sempre foi tomada ao pé da letra e, como outros tantos temas da doutrina democrática ou da teoria política, usadas como pretexto puro e simples para abusos transformados com o tempo em característica do comportamento de certas instituições. A instituição parlamentar, por exemplo, pelo menos desde o advento da República e a conseqüente divulgação da doutrina da separação dos Poderes, nunca chegou a se impor à estima popular pela tendência ao uso abusivo de prerrogativas e ao negligenciamento de certos deveres.

Nesse sentido, para se entender melhor o problema suscitado com louvável preocupação pelo Senador Jarbas Passarinho, convém ligar o desgaste sofrido pela imagem do Senado ao espetáculo de irresponsabilidade oferecido pela Câmara na recusa sucessiva e sistemática de vários pedidos de licença para a formação de processos, no Supremo Tribunal Federal, destinados a apurar a responsabilidade criminal de parlamentares que notoriamente delinqüiram sob o manto odioso

da imunidade. São casos conexos; estreitamente vinculados pelo mesmo laço de insensibilidade política e denunciadores, ambos, daquela tendência para a exageração dos conceitos até o limite em que passam a servir, exclusivamente, ao lado negativo da vida parlamentar. A inviolabilidade, protetora do representante do povo ou da Federação enquanto no exercício do mandato, passa a proteger o mandatário como homem comum, autorizando-o a cometer crimes comuns ao abrigo de uma impunidade que é negação da democracia e da idéia de República. E a liberdade de estar ausente do plenário, em circunstâncias que por si mesmas justificariam o vazio eventual do plenário, é ampliada ao extremo da desídia e da ausência de qualquer traço do sentimento do dever inerente ao próprio mandato.

No Senado atualmente nada funciona. Se o plenário está vazio porque as comissões permanentes se encontram em trabalho, o pedido de verificação de quorum é fácil de ser atendido: os ausentes, avisados por telefone ou pelo soar das campainhas, descem das comissões e comparecem para votar. O êxito certo da campanha obstrucionista de um senador, que isoladamente impede há cerca de dois meses a aprovação de qualquer matéria, revela que as comissões se acham igualmente desativadas. O Senado não legisla e não funciona como o fórum de debate em que se convertem os Paramentos modernos em todo o mundo.

É erro indesculpável dos que examinam o problema, com o senso de responsabilidade demonstrado pelo Presidente do Senado, atribuir ao Senador Dirceu Cardoso — ou a quem quer que lhe tome o lugar e exerça o seu papel incômodo de fiscal — a deterioração de que possa estar padecendo a imagem da Casa diante da opinião pública. Deve a Mesa, antes de examinar qualquer outra fórmula dentre as anunciadas, apelar para os senadores em geral, tanto os da bancada governamental como os da Oposição, no sentido de que reflitam no mal que estão fazendo à instituição parlamentar e à democracia pela ausência do senso de medida. É, afinal, pela dimensão dos atos humanos que se há de medir sempre a grandeza das instituições. Têm estas o tamanho e a respeitabilidade dos homens que as encarnam.